

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de MUNICIPIO DO CONCELHO DE CHAVES, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 178.038.078,61 euros e um total de fundos próprios de 76.692.047,11 euros, incluindo um resultado líquido de 7.115.335,68 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara Municipal a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não



tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara Municipal, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Por considerarem indevida faturação referente a custos com saneamento, água, mínimos garantidos e juros de mora do fornecedor "ATMAD" no valor de cerca de 8,7 milhões de euros, dos quais cerca de 1,0 milhão de euros são referentes a 2014, procedeu-se à sua devolução, não tendo sido, conseqüentemente, reconhecidos contabilisticamente os respetivos débitos, que se encontram em parte reclamados judicialmente.

Sem prejuízo da relativa imprevisibilidade do resultado da demanda, que pode ter efeitos patrimoniais relevantes no património da entidade, é convicção que o desfecho deste processo seja favorável ao Município pelo que não foi constituída provisão para este risco.

Não é possível quantificar os eventuais ajustamentos no Passivo e nos Resultados decorrentes da eventual exigência de pagamento total ou parcial destes débitos, acrescidos de eventuais juros de mora.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas no parágrafo 7 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do MUNICIPIO DO CONCELHO DE CHAVES, em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações e mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Relato sobre Outros Requisitos Legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

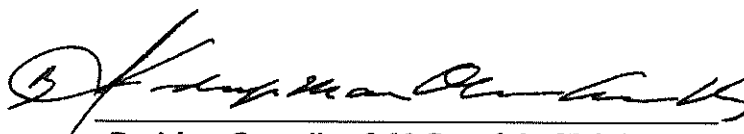
a) Ao abrigo do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais em vigor foram emitidas faturas a várias entidades, relativas a taxas de ocupação de Domínio Público, referentes a 2011, 2012 e 2013, no montante de cerca de 5,74 milhões de euros. Em consequência desta liquidação, decorrem judicialmente ações de impugnação da liquidação destas taxas municipais, pelo que a incerteza do desfecho das impugnações pode afetar materialmente os ativos e os resultados relacionados futuros.

b) Conforme consta na nota 6 do Anexo, no que se refere aos critérios de valorimetria, a mensuração de inventários não obedece às mesmas regras no POCAL e no SNC, situação

que não foi reconvertida em 2014, e que deve ser acautelada na próxima prestação de contas consolidadas.

c) No que respeita ao contributo das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação do Município, o qual se encontra detalhado no ponto 1 do Anexo, e considerando o teor das certificações legais que foram emitidas por outras sociedades de revisores de contas acerca das demonstrações financeiras individuais dessas mesmas entidades, temos a observar que o GEMC reconheceu nos seus capitais próprios o montante de 320.000 euros, relativo à reposição do equilíbrio das contas em conformidade com o previsto no art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e de acordo com o despacho emitido pelo Presidente do Município, em 10 de dezembro de 2014.

Chaves, 01 de junho de 2015



Rodrigo Carvalho & M. Gregório SROC, Lda

SROC N.º 170, representada pelo sócio

Dr. Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho (ROC n.º 889)